

Meno esaurienti, e soprattutto non affatto sistematiche, sono le indicazioni ortografiche sull'uso del maiuscolo, soggetto pieno di oscillazioni, che dà ragione a molti dubbi. L'idea di usare sempre l'iniziale maiuscola, sia all'inizio della voce sia dopo la barra verticale che indica inizio di una nuova sfumatura semantica, è in sé poco felice. Ma oltre a questo, l'uso della lineetta per sostituire la parola in questione, non è affatto informativo per quanto riguarda l'uso della maiuscola. Darò qualche esempio per illustrare i dubbi su cui lo Zingarelli non mi dà informazioni soddisfacenti: sotto la voce *Lei* non trovo nessun accenno all'uso della maiuscola o meno per il pronome di cortesia; sotto *anno*, sono indicati esempi come *i poeti degli anni venti*; *le lotte politiche degli anni cinquanta*, in cui *venti* e *cinquanta* sono scritti con la minuscola, senza accenno alla possibilità di usare la maiuscola; sotto la voce *chiesa*, a causa dell'uso della lineetta, niente mi spiega quando adoperare la maiuscola o meno; lo stesso vale per la voce *via* ecc.

È un gran merito del vocabolario indicare per ogni singolo vocabolo la pronunzia, usando l'alfabeto dell'Associazione Fonetica Internazionale. A parte il DOP (Bruno Migliorini, Carlo Tagliavini, Piero Fiorelli: *Dizionario d'ortografia e di pronunzia*, Edizioni RAI, Torino, nuova edizione 1981; rec. *Revue Romane* XVII, 2, pp. 152-153), lo Zingarelli è l'unico vocabolario italiano ad adottare tale principio estendendolo all'intera opera. Nelle *Avvertenze per la consultazione* si afferma: "Le trascrizioni hanno uno scopo descrittivo più che normativo. Per questo, sono spesso doppie, registrando (con maggior larghezza di quanto non usino di solito i vocabolari italiani) l'esistenza di varianti di pronunzia degne di considerazione:..." (p. IX). C'è veramente da rallegrarsi di tale principio. Però, in pratica, il progresso è assai modesto: sono considerate varianti come *debbo*, *devo* con timbro aperto e chiuso della *e*, *presumere* con *s* sonora e sorda, mentre *sempre*, secondo la norma fiorentina è trascritto soltanto con *e* aperta, e per la desinenza del condizionale *-ebbe* è considerata soltanto la pronunzia con *e* aperta (sotto *avere*, però stranamente, è indicato per la 3 pers. /a'vrebbe/, pronunzia che certo, a giudicare da altri simili paradigmi, tutti con *e* aperta, rappresenta un errore di stampa, come p. es. anche la trascrizione di *quieto* /'kwjeto/).

Possiamo dunque concludere che ai tanti pregi del vecchio Zingarelli, il *Nuovo Zingarelli* aggiunge delle innovazioni interessanti, soprattutto con l'introduzione di nuovi vocaboli e nuove accezioni di vocaboli già esistenti. Tuttavia, l'attributo *classico*, inteso sia in senso positivo che negativo, è quello più appropriato anche al *Nuovo Zingarelli*.

Gunver Skytte
Copenaghen

Langue portugaise

Alfred Suter: *Das portugiesische Pretérito Perfeito Composto*. Romanica Helvetica 97. Bern, Francke, 1984. 235 p.

O sistema verbal português caracteriza-se pelo seu conservadorismo. Mantém vivas, e distintas, a maior parte das formas da voz activa do latim. Salienta-se, no contexto românico, o pretérito perfeito simples (PPS, v. g. *fiz*, de *feci*) que, na actual fase da língua portuguesa, permanece em pleno vigor, tanto como 'perfectum historicum' (em oposição aspectual ao pretérito imperfeito) como 'perfectum logicum', sem mostrar sinais de um desenvolvimento

semântico para um tempo exclusivamente preterital, semelhante ao que aconteceu no francês e no italiano, p. ex. A inovação românica de *habere* (no presente) seguido por um particípio passado, que, em outras línguas, tem substituído, em grau maior ou menor, o perfeito simples, sofreu um destino bem particular no português. Entre as formas verbais compostas com este auxiliar (no. port. sucessivamente suplantado por *ter*, de *tenere*), o pretérito perfeito composto (PPC) distingue-se por uma especificidade semântica muito nítida, o aspecto imperfectivo, que restringe bastante o uso desta forma, em contraste com o PPS, cujo campo de aplicação – e frequência – é incomparavelmente maior.

A problemática dos dois perfeitos, PPC e PPS, e, em especial, da singularidade do PPC dentro do sistema verbal português, e também quando considerado contrastivamente em relação a formas análogas nas demais línguas românicas, é problemática que continua a merecer atenção científica, como se prova pelo aparecimento não de um, mas de dois trabalhos independentes, publicados no mesmo ano sobre este tema: o livro objecto desta recensão e um artigo, muito valioso, na revista *Letras Soltas* (n.º 2 de Maio de 1984) de Henriqueta Costa Campos.

Suter propõe-se determinar a função fundamental (que não é o mesmo que significado fundamental) do PPC, 'ao nível da língua', através da análise de um corpo de exemplos (aproximadamente 2500) tirados de textos originais e traduzidos. Considera a forma em questão sob vários ângulos, investigando tanto a dependência contextual (a relação verbo-advérbio) e a ocorrência em certos tipos oracionais, como a interacção com a natureza semântica (*aktionsart*) do verbo, para o estudo da qual se limita a discutir o comportamento de, apenas, oito verbos. Aborda de maneira interessante o desenvolvimento histórico, constatando, ele também, que a especificidade semântica actualmente típica do PPC se tornou dominante só a partir do século passado. Trata o caso remanescente de *tenho dito* ('*dixi*'), bem como o caso raro do uso modal, em vez de um mais-que-perfeito do conjuntivo para indicar condição irrealizável, em orações subordinadas com *se*. Termina o trabalho com uma comparação entre o imperfeito do indicativo e o PPC – e com umas breves observações finais, onde o leitor talvez (mas em vão) procure uma conclusão global dos resultados obtidos.

Aquilo que pode ser considerado como a essência do trabalho, ou sua principal tese, e que Suter apresenta repetidamente ao longo do texto, a propósito das várias análises, é o seguinte: Tanto o PPS como o PPC têm capacidade para exprimir que a acção verbal chega até o momento em que se fala (designemos este ponto por *S*); o PPC diferencia-se do PPS não só porque a acção permanece inacabada em *S*, como tem ainda a virtualidade de continuar para além de *S*, no futuro. Constituiria este o traço fundamental do PPC, traço que opõe esta forma não apenas à forma rivalizante dentro da língua (o PPS), mas também aos pretéritos perfeitos compostos de outras línguas. A oposição entre o PPC e o imperfeito – ambos, aparentemente, do mesmo aspecto – consistiria em que o imperfeito marca uma descontinuidade entre *S* e a acção descrita pelo verbo, o que não é, antes pelo contrário, o caso do PPC.

Quer se esteja ou não de acordo com a descrição semântica oferecida por Suter a respeito do PPC, e quer se deseje ou não que tivesse prestado mais atenção aos desenvolvimentos teóricos da linguística no domínio da semântica temporal e aspectual, isso não implica que se não possam levantar objecções sobretudo de ordem metodológica a esta contribuição, aliás rica em observações de interesse e em análises que muitas vezes parecem acertadas. Segundo o método adoptado, análise de um corpo de exemplos, reduz-se o trabalho, na prática, a

interpretações intuitivas de frases seleccionadas pelo autor, mas cuja representatividade se não comprova. Apresenta-se 'apenas' o lado positivo de problema, em forma de um grande número de dados (os exemplos). Faltam, porém, os factos linguísticos que poderiam servir para testar os postulados, para falsificar as hipóteses e para, enfim, melhor avaliar os resultados do trabalho. Esta tarefa entrega-se nas mãos do leitor.

Birger Lohse
Brasília

Langues ibériques

Pequeño Larousse Ilustrado, por Ramón García-Pelayo y Gross. Barcelona, Larousse, 1985. 1663 págs.

Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse, direção de Antônio Houaiss. S. a., Rio de Janeiro, Editora Larousse do Brasil. 1664 págs. Ambos em venta exclusiva para Escandinavia por Munksgaards Forlag, Copenhague.

En la carta que acompaña el envío del diccionario español se indica que se trata de la segunda edición corregida. Para su venta en Escandinavia se le ha dado un número ISBN que lleva la fecha de 1984. Sin embargo, según el colofón, el libro "se terminó de imprimir el 5 de agosto de 1985". En el aviso a los lectores en las primeras páginas sólo se dice que "El presente volumen corresponde a la *última edición* (cursiva en el texto) de esta obra". Ante tales imprecisiones opto por el año 1985 para referirme al primer objeto de esta reseña. El Koogan Larousse no lleva colofón y en la portada no se indica la fecha de impresión. Según la carta del envío, se trata de la quinta edición del diccionario, que Munksgaard dice que es del año 1986. Sin embargo, de las últimas líneas del aviso "aos leitores" se puede inferir que se trata de una quinta reimpressão de la edición de 1979 "com melhorias textuais e atualizações", del año 1984.

Entre los diccionarios monolingües de renombre conocido, los de Larousse llevan ya una larga trayectoria a cargo de diferentes autores. La primera edición del diccionario español data del año 1912. Para el romanista son archiconocidos los "pequeños ilustrados", "de ciencia y técnicas", etc. De ellos tenemos una idea de conjunto: lo que solemos buscar en el del español, también esperamos encontrarlo en el del portugués y en el del francés. Pero aunque el plan es el mismo, hay diferencias entre el diccionario de una lengua y el de otra, y también hay diferencias entre una edición y la siguiente. De esta forma, los "pequeños ilustrados" son algo vivo, cuyas nuevas ediciones siempre despiertan nuestro interés. Para esta reseña he tomado en cuenta dos ediciones anteriores al diccionario español que figura en la rúbrica: la vigésima cuarta del año 1955 (a cargo de Miguel de Toro y Gisbert) y la octava tirada, de 1972 (a cargo de García-Pelayo y Gross).

La estructura general de la obra no varía de una edición a otra: unas mil páginas de diccionario ilustrado monolingüe; unas pocas páginas rosa de locuciones latinas y extranjeras, y, al final, medio millar de páginas de enciclopedia (historia y geografía). En el Koogan Larousse, la proporción difiere un poco, a favor de la parte enciclopédica. Como la cantidad de páginas casi no varía de una edición a otra, hay que buscar las diferencias en los cambios introducidos.